

(elementos)

para uma nova abordagem

## na construção da cidade\*

construção recente da cidade brasileira, do ponto de vista da produção oficial, pública e privada, tem seguido modelos espaciais que foram determinados por processos físicos de crescimento e urbanização. A partir de meados da década de 60, o modelo institucional, fortemente promovido pelas políticas habitacionais e urbana, através do BNH, passa a priorizar o crescimento por conjuntos habitacionais. Ao lado deste, subsiste a tradicional relação e densificação do tecido existente por meio de operações de substituição tipológica ou menos consequentes para com a cidade. O modelo não rompeu seu compromisso com a continuidade, nem com a ruptura. É forçoso reconhecer que a ruptura tem predominado, levando-nos a questionar a hegemonia global de um único modelo que se manifesta tanto na expansão urbana quanto na renovação interna segundo a mesma lógica espacial.

Quando aplicado na expansão urbana, ele é responsável pela extensão da periferia da cidade, formada pela simples justaposição de conjuntos habitacionais, desprovidos de articulação interna entre si e com o conjunto do espaço urbano, gerando um tecido descontínuo e fragmentado. Quando aplicado na renovação urbana, ele é responsável pela desfiguração da cidade e de seus bairros, reproduzindo à escala do lote a mesma lógica de dissociação e fragmentação, e substituindo o tecido por uma coleção desconexa de blocos isolados. Enfim, ele se revela incapaz de configurar de forma positiva a expansão e renovação da cidade brasileira, quanto de garantir adequadamente sua população e atividades. Sua contraforma, a favela, atesta esta realidade. O processo acelerado de destruição dos centros urbanos e de expansão desordenada de suas periferias coloca em risco a própria sobrevivência da cidade brasileira, enquanto a degradação ambiental e cultural coletiva e evidência a necessidade de uma revisão radical do modelo, permitindo que sejam desenvolvidas as condições necessárias para uma nova abordagem da construção da cidade e de sua arquitetura.

É evidente que o problema transcende o âmbito físico-espacial da Arquitetura e do Urbanismo, ligando-se profundamente à estrutura econômica e às relações de produção.

Nem é mais preciso estender-se sobre isso. Entretanto, ele é, também, um problema espacial, pois é no espaço concreto da cidade que se dá a vida quotidiana e as trocas sociais da população.

No discurso recente do planejamento, a cidade tem sido encarada apenas como um reflexo do social, uma espacialização de relações de produção. Esta visão ocasionou uma fuga do espaço e da disciplina da Arquitetura por parte dos arquitetos, transformando-os em maus sociólogos, maus economistas, maus cientistas políticos e, obviamente, maus arquitetos. Assim, uma nova premissa para a construção da cidade brasileira passa necessariamente pelo resgate da autonomia e da especificidade disciplinar da Arquitetura. Reconhecer isso significa restituir seu papel social e cultural. Significa, ao mesmo tempo, ver a cidade como Arquitetura e, conseqüentemente, redefini-la enquanto artefato humano por excelência. No primeiro caso, lidamos com a natureza da cidade; no segundo, com sua finalidade. Em ambos, com seu caráter essencial como obra humana, fato coletivo, permanente e necessário.

É preciso entender a cidade como obra essencialmente coletiva, construída ao longo do tempo por uma infinidade de agentes e interesses diversos e contraditórios. Lugar de convívio, ela é, igualmente, lugar de conflito, e sua resolução deve ser necessariamente pluralista e inclusiva, admitindo e ensejando demandas, procedimentos, processos e intervenções distintos em porte, abrangência e finalidade. Conceitualmente, isso envolve a negação da existência ou possibilidade de um modelo único para a cidade brasileira e suas partes, admitindo-a como colagem. O que nos leva, de imediato, à superação da identificação tácita entre habitação popular e conjunto habitacional predominante no país.

Devemos redirecionar as intervenções para o interior da cidade, preenchendo seus vazios, completando seu tecido, rentabilizando sua infra-estrutura e buscando recuperar a urbanidade perdida. As operações de expansão urbana recentes diluíram a cidade numa extensa franja semi-urbanizada, dotada de um tecido des-

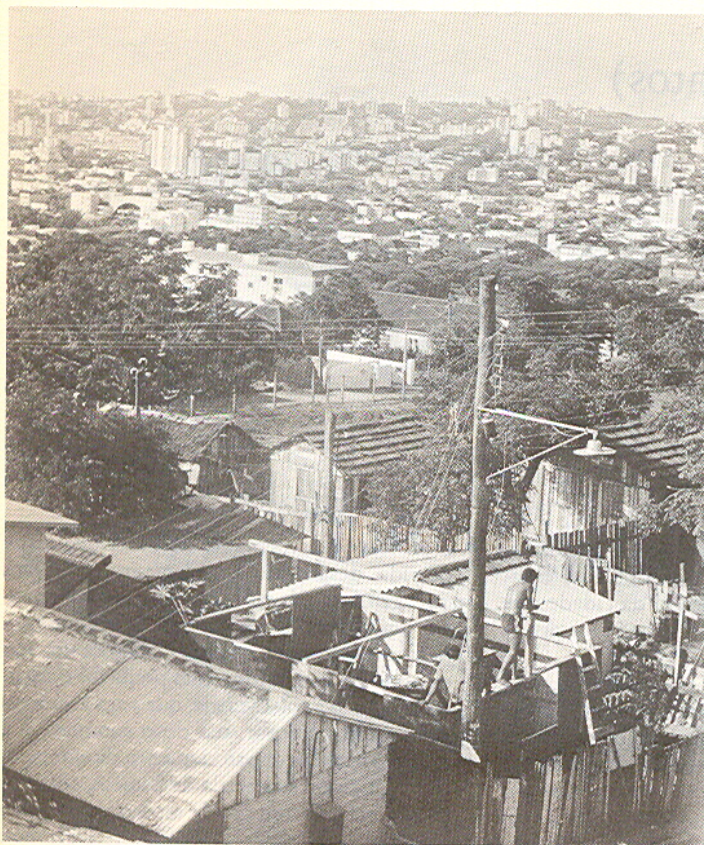
contínuo e fragmentado, de baixa qualidade de vida, desprovido dos elementos primários de organização da vida coletiva e da própria estrutura urbana. Dessa forma, são responsáveis pela extensão desnecessária e onerosa dos serviços de infra-estrutura, com prejuízos evidentes para toda a coletividade, que paga e ao mesmo tempo sofre por suas deseconomias.

Isso pressupõe o parcelamento da intervenção, reduzindo sua escala de projeto, construção e gestão. O conceito de espaço homogêneo e isotópico do modelo dominante legitimou operações de expropriação, remembramento e subdivisão de áreas urbanas, abrindo novas perspectivas para os interesses especulativos. A economia de escala (economia para quem?) justificou intervenções cada vez mais extensas, e conseqüentemente mais periféricas e repetitivas. O questionamento desses critérios que, privilegiando o custo inicial, desprezam o custo social e ambiental que significa para a cidade essa expansão irracional, nos leva a recolocar o problema. O parcelamento da intervenção é incapaz de permitir a acomodação de agentes, interesses, demandas e domínios territoriais distintos, favorecendo a diversidade, adaptabilidade e identidade ao interior do espaço urbano e a emergência de um rico e variado elenco de soluções arquitetônicas para edificações e espaços públicos.

As estratégias para a área consolidada levam em conta justamente seu estado de consolidação; para a periferia, entretanto, trata-se de levar a cidade até lá, fazendo dela cidade. É preciso voltar a um urbanismo do calçamento e do esgoto, resgatando uma parte da enorme dívida social e ambiental acumulada no urbano brasileiro, estendendo a todos os cidadãos os benefícios da vida urbana. É preciso agilizar a ocupação dos grandes vazios urbanos, mantidos desocupados para valorização privada, que se apropria da mais valia fornecida pela infra-estrutura implantada com sacrifício por toda a coletividade. Nesse sentido, nada mais justo que essa mais valia volte para a comunidade, com o Estado atuando mais incisivamente no mercado de terras, nas políticas fundiária e habitacional.

Pensem numa política de criação de frag-

## ESPAÇO ABERTO



*vilas, Porto Alegre*

fotos cedidas pelo arq. Sílvio Abreu



*conjunto habitacional, 70/80, Porto Alegre*

mentos urbanos, pedaços quase completos de cidade que servissem ao mesmo tempo de âncora e vetores do crescimento, qualificando-o e direcionando-o na transformação da periferia. Nos locais onde as preexistências não chegam a definir um contexto urbano, é preciso criar este contexto, fazendo cidade.

Onde este contexto existe, representado pela forma urbana e pelas tipologias que nela se inscrevem e dela participam majoritariamente, a própria cidade fornece as pistas para sua contínua reconstrução. Parte e todo, tipologia arquitetônica e morfologia urbana são complementares e interdependentes, relacionadas entre si de modo dialético. Em cada nova intervenção o entorno, manifesto em termos de sítio, traçado, parcelamento e distribuição de edifícios e espaços abertos sobre eles, está presente no processo de projeto de forma concreta. Sua análise e documentação judiciosa permite lidar com a questão sempre presente da compatibilização entre o novo e o velho, intervenção e contexto, contribuindo efetivamente para a configuração do tecido e, conseqüentemente, para a construção da cidade.

Espaços e domínios públicos, coletivos e privados devem ser claramente caracterizados e consistentemente articulados, ilustrando as nuances e a riqueza da transição da esfera pública para a privada. Cada intervenção sobre o tecido, por mais circunscrita que seja, vincula-se ao conjunto da cidade através de uma estrutura de elementos de hierarquia mais alta. Nessa estrutura, que poderíamos qualificar co-

mo Rossi de "primária", em contraposição à estrutura quotidiana, os espaços públicos e os monumentos-instituições são os elementos mais significativos e visíveis de suporte ambiental e cultural da vida coletiva. Catalisando usos, aspirações e significados comuns, eles representam a imagem que a cidade faz de si mesma, permitindo reconhecimento, leitura e aprendizado por parte da população.

A indeterminação entre público e privado que o modelo urbano dominante difunde e induz, diluindo as hierarquias espaciais e simbólicas no interior da cidade, conduz ao virtual esvaziamento do espaço público enquanto estrutura de suporte da urbanidade. O reconhecimento da cidade como soma de muitas partes, áreas residenciais diversas morfológica e culturalmente, cuja unidade é assegurada por uma estrutura de elementos primários que organiza e direciona o crescimento urbano, permitindo sua leitura e clarificação, nos remete à História e à existência de distintos ciclos de permanência e mudança ao interior da cidade. Com efeito, os elementos primários têm características de permanência e estabilidade muito grandes, representando a continuidade da esfera pública da cidade ao longo do tempo, enquanto as áreas residenciais, ou o tecido, possuem ciclos bem menores, capazes de assegurar a vitalidade, adaptabilidade e renovação da forma urbana em função da mudança das demandas privadas.

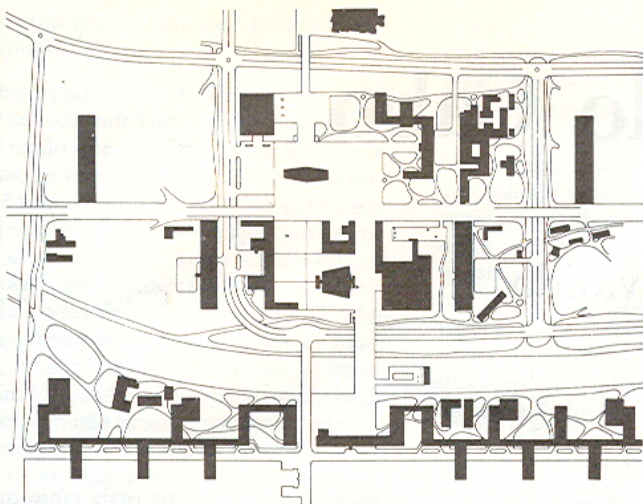
O delicado balanço entre demandas públicas e privadas, permanência e mudança, esta-

bilidade e renovação, deve ser uma premissa de qualquer plano ou projeto urbano, balizando as prioridades do Estado na intervenção e nas modalidades de controle sobre a construção da cidade, indicando o que é importante assegurar e o que pode ser deixado relativamente em aberto. Sem essa distinção, tão conceitual quanto operativa, corremos o risco de uma polaridade entre o "laissez-faire" mais absoluto e ingênuo, que só serve ao poder econômico, e o dirigismo cartorial sobre a vida urbana, que tende à camisa de força do projeto unitário.

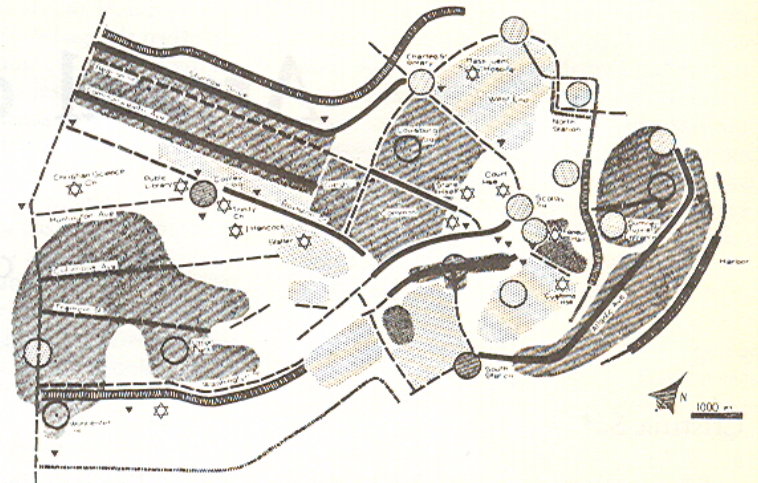
A revisão dos processos evidencia a presença de outra revisão, dirigida às normas e aos princípios que as justificam. A normativa recente induz e determina soluções físicas e funcionais, impedindo outras, atuando com severidade sobre o espaço privado e abandonando o espaço público aos interesses da especulação. Essa inversão é particularmente perversa para a cidade e sua arquitetura, e tem sua origem na transposição acrítica de modelos ideológicos e espaciais desenvolvidos pela vanguarda a partir dos anos 20. Originalmente baseados em critérios explícitos de higiene, conforto ambiental, eficiência técnica, racionalidade econômica e justiça social, sua suposta "neutralidade científica" encobre o favorecimento a soluções morfológicas, tipológicas e funcionais sem nenhuma comprovação técnica, econômica ou ambiental.

Primeiro, a segregação espacial de funções no interior da cidade, através do zoneamento estrito. Sabe-se que grande parte das funções urbanas pode conviver sem maiores problemas, respeitadas certas condições básicas. É até desejável que isso ocorra, já que os usos que demandam segregação espacial são mais a exceção que a regra, e a proximidade de locais de moradia, trabalho, lazer, abastecimento, equipamentos e serviços constitui um dos pressupostos da riqueza, vitalidade e qualidade da vida urbana. Assim, é preciso romper com o conceito de zona monofuncional, utilizando mais eficientemente o espaço em áreas polifuncionais ou multifuncionais.

Segundo, o problema da densidade. Existe uma associação mais ou menos generalizada entre baixa densidade e boa qualidade de vida



saint-die, França, Le Corbusier



mapa perceptivo de Boston, Kevin Lynch

na. Nada mais equivocado, e a simples  
de algumas cidades e bairros que co-  
mos basta para comprová-lo. Inicialmen-  
densidade não deve ser encarada como in-  
bor absoluto e sim correlacionada com as  
gurações físicas que a abrigam. Por outro  
existe uma analogia inversa entre densi-  
e custos de infra e superestrutura urba-  
entro de certos limites), que faz com que  
sejam otimizados em patamares relativa-  
e elevados de densidade. Em suma, bai-  
nsidade custa caro e não parece justo one-  
da a coletividade com seus custos para o  
ute de alguns cidadãos em áreas residen-  
puras. A cidade pressupõe a densidade,  
ndo e viabilizando os altos custos do ar-  
o humano e permitindo sua socialização.  
odelo degradado de cidade em baixa den-  
o, procurando unir campo e cidade, eli-  
as vantagens dos dois, não sendo nem  
nem outro. Na realidade, conduz à desi-  
jo da natureza, pela expansão da cidade,  
a própria cidade, diluída na natureza.  
receiro, a idéia persistente da torre no par-  
derivada da "Ville Radieuse" corbusiana  
posta para os lotes individuais de nossas  
les. Sustentando exigências de baixas ta-  
le ocupação, recuos frontais e laterais obri-  
rios, dimensionamento perdulário e incoe-  
u de sistema viário e espaços abertos, e re-  
ndo um modelo degradado de cidade  
esta como panacéia universal para todos os  
os sociais e ambientais, ela contribui, em  
es ou menor medida, para inviabilizar ou  
s, ar estratégias alternativas e inovadoras de  
eto. Perseguindo imagens abstratas e ge-  
eas de cidade, equivocadamente transpo-  
concorrem, de fato, para a desfiguração da  
le ria cidade.  
i-a medida em que a construção do tecido  
ino deixa de ser regulada por relações con-  
la is entre morfologia urbana e tipologia ar-  
otônica, passando a uma regulação através  
o índices, taxas e recuos genéricos, o controle  
e o espaço urbano passa da esfera do do-  
mínio público para o privado, ao interior do  
te e assistimos a uma privatização generali-  
da cidade.  
la ormas devem ser simples, definidas, con-

cretas, vinculadas diretamente aos padrões de  
sítio (topografia, orientações, visuais etc.), tra-  
çado, parcelamento, tipologias correntes e es-  
tado de constituição do tecido em cada local.  
Devem incluir regras de organização espacial  
subordinadas a um Plano Físico, do qual elas  
constituem a substância arquitetônica poten-  
cial e incidir prioritariamente sobre o espaço  
público, garantindo sua organização conforme  
algumas idéias básicas sobre a cidade, definindo  
por indução as densidades toleráveis para o es-  
paço privado. Devem ser acompanhadas por  
disposições específicas e correlacionadas que as-  
segurem níveis adequados de conforto ambien-  
tal para o espaço construído, impondo certos  
limites à iniciativa privada.

Não é preciso inventar muito. Bernard Huet  
nos diz que as regras possuem sua própria his-  
tória e estamos familiarizados com a eficácia  
de algumas delas, relativamente simples e an-  
tigas, concernentes a alinhamentos, gabaritos,  
alturas, limites construtivos etc... Trata-se ape-  
nas de completá-las e adaptá-las a situações es-  
pecíficas de sítio, contexto urbano e projeto,  
dentro da perspectiva de continuidade e per-  
manência do espaço público, deixando aos ar-  
quitetos e usuários a tarefa de lidar, ao inter-  
rior de certos limites impostos pelo interesse  
coletivo, com as descontinuidades, irregulari-  
dades e singularidades do domínio privado da  
cidade.

Finalmente, resta a questão da participação  
do usuário. Ela deve ser concretizada dentro de  
uma estrutura de suporte flexível, que permita  
a transparência e a democratização da infor-  
mação, acesso às escolhas e prioridades, ao pro-  
jeto, construção e gestão da cidade. Isso não sig-  
nifica o obscurecimento da responsabilidade do  
arquiteto. Pelo contrário, representa o resgate  
de suas atribuições sociais e culturais como pro-  
fissional encarregado da produção, análise e  
comparação de alternativas físicas para proble-  
mas ambientais, destinadas à informação, de-  
bate e escolha por parte dos cidadãos organi-  
zados. Representa o resgate do projeto como  
veículo fundamental da participação, na me-  
dida em que apresenta pré-visões do que po-  
deria ser a cidade, passíveis de cotejamento

através de critérios objetivos e instrumentos de  
controle comuns. Legítima seu papel como ge-  
rador de uma cidade Analógica, a que pode-  
ria ter sido, e que poderá também vir a ser, ca-  
talisando a discussão da cidade enquanto cos-  
trução coletiva e ilustrando a decisão política  
com idéias e imagens alternativas de fatos ar-  
quitetônicos e urbanos.

É ilusório imaginar que a simples modifica-  
ção de atitudes, procedimentos, conceitos e  
normas possa, por si só, resolver os problemas  
estruturais gravíssimos de nossas cidades, tan-  
to no centro quanto na periferia. É certo, en-  
tretanto, que a discussão e elaboração de no-  
vas premissas para seu projeto e construção po-  
de significar um avanço considerável em dire-  
ção ao resgate da cidade brasileira para o con-  
junto de seus cidadãos. Pode significar, igual-  
mente, um avanço para os arquitetos, pois é,  
afinal, na construção de uma cidade mais jus-  
ta, bela e humana que se encontra a pertinên-  
cia e o futuro da Arquitetura.

## BIBLIOGRAFIA

- Abreu, Silvio. CASA E CIDADE: O Projeto da Habitação Coletiva e a Construção da Cidade Brasileira. Porto Alegre, Anais do 1º ENEPA, FAUFRGS, 1985.  
Comas, Carlos. O Espaço da Arbitrariedade. Porto Alegre, PROPUR (mimeo), 1983.  
Castex, J. & Panerai, Ph. Prospettive della Tipomorfologia. *Lotus International*, Milano, (36):94-99, 1982/III.  
Devillers, Ch. Typologie de l'Habitat et Morphologie Urbaine. *L'Architecture d'Aujourd'hui*, Paris, (174): juillet/1974.  
Huet, Bernard. La Città come Spazio Abitabile. *Lotus International*, Milano, (41):6-17, 1984/I.  
Rossi, Aldo. La Architettura de la Ciudad. Barcelona, Gustavo Gili, 1976.

\* Silvio Belmonte de Abreu Filho, arquiteto formado pela UFRGS, é pesquisador e professor do PROPUR/FAUFRGS desde 1980.  
Gilberto Flores Cabral, arquiteto, formado pela UFRGS, é professor do Departamento de Urbanismo e do PROPUR/FAUFRGS desde 1980.